

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**REQUERIMENTO Nº _____, DE 2024.****(Do Sr. Paulo Guedes)**

Requer a realização de Audiência Pública para debater o “Projeto de Lei nº 7528/2014 e os Apensados PL 2966/22 e 2965/22, que tratam de reabertura do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior e que altera a Lei nº 12.688, de 2022” (Proies).

Senhor (a) Presidente,

Nos termos do art. 58 § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 24, III, 255 a 258. do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requieiro a Vossa Excelência que, ouvida a Comissão, seja realizada reunião de Audiência Pública na Comissão de Finanças e Tributação, para debater “Projeto de Lei nº PL 7528/2014 e os Apensados PL 2966/2022 e 2965/2022, que tratam de reabertura do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior e que altera a Lei nº 12.688, de 2022” (Proies), com a presença dos seguintes convidados:

1. LUIS EDUARDO SCHOUERI – PROFESSOR TÍTULAR DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO;
2. RODRIGO CAPELATO – ECONOMISTA PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO;
3. MARTA WENDEL ABRAMO – SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR;
4. PEDRO UCZAI – DEPUTADO FEDERAL – PT/SC;



JUSTIFICATIVA

O setor de ensino superior privado, responsável por 78% das matrículas em cursos de graduação, vem sofrendo uma grave crise econômica, que vem provocando problemas de sustentabilidade financeira para muitas instituições.

A crise do financiamento estudantil (FIES) e a crise econômica de 2015, que gerou perda de renda e emprego para a população brasileira, aliadas à pandemia que obrigou as instituições de ensino superior (IES) fecharem seus campi, geraram um cenário complexo no setor.

A democratização do acesso ao ensino superior aconteceu por meio da rede privada, que atualmente tem 7,37 milhões de alunos matriculados de um total de 9,44 milhões.

O setor é composto por 2.283 instituições de ensino superior, sendo 87% de pequeno porte, com até 3 mil alunos matriculados em cursos de graduação. Ou seja, são instituições mais vulneráveis para enfrentar as crises econômicas dos últimos dez anos.

Os dados da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional demonstram um quadro preocupante sobre o endividamento do ensino superior. No total, mais de 1.500 possuem dívidas tributárias e/ou previdenciárias. A maioria já foi descredenciada do Ministério da Educação e outras estão em fase de recuperação judicial ou aderiram ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (PROIES) de 2012.

Atualmente, 297 mantenedoras de instituições de ensino superior possuem dívidas, e não ingressaram no PROIES de 2012 e nem estão em recuperação judicial. Essas mantenedoras possuem mais de 220 mil alunos matriculados e estão espalhadas por todo território nacional. A grande maioria (95%) é de pequenas instituições com até 3 mil alunos. No total, essas 297



mantenedoras possuem R\$ 7,5 bilhões de endividamento tributário, sendo R\$ 4,9 bilhões em dívidas previdenciárias e R\$ 2,6 bilhões em dívidas dos demais tributos.

Com base nas informações financeiras de um universo de 2.121 instituições de ensino superior privadas, foi possível levantar que o valor médio recebido por aluno é de R\$ 748,00. Uma reabertura do PROIES que possibilitasse a troca das referidas dívidas tributárias por bolsas de estudo, no âmbito do Programa Universidade para Todos, permitiria a criação de aproximadamente 210 mil bolsas integrais para alunos carentes.

Considerando o valor médio por aluno mensal de R\$ 748,00; considerando a duração média de uma graduação de 48 meses; e considerando o total de dívidas previdenciárias e demais tributos de R\$ 7,5 bilhões, seria possível beneficiar esse contingente de 210 mil alunos carentes com a reabertura do PROIES.

Importante salientar que, além da possibilidade da geração de bolsas para alunos carentes, a alternativa para as IES sanarem seus endividamentos tributários permitirá que essas instituições continuem operando e, portanto, não coloquem em risco os 220 mil alunos nelas matriculados atualmente..

Portanto, realizar uma Audiência Pública demonstra o compromisso com a transparência e a participação cidadã nas decisões que afetam diretamente a vida das pessoas. É uma oportunidade para esta casa expressar suas preocupações, apresentar propostas e contribuir para a construção de soluções em conjunto com as entidades aqui convidadas.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado PAULO GUEDES
(PT / MG)

